

O desempenho da economia gaúcha em 2017 e perspectivas para 2018*

Vanessa Neumann Sulzbach**

Mestre em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Pesquisadora em Economia da Fundação de Economia e Estatística

Resumo

Este artigo analisa o desempenho da economia gaúcha em 2017 no contexto das economias mundial e nacional e traça cenários para 2018. No acumulado até o terceiro trimestre do ano, o Rio Grande do Sul apresentou crescimento de 1,3%, pautado no bom desempenho da agropecuária e do comércio. O cenário favorável do comércio internacional, com avanço dos principais parceiros comerciais do Estado, e a recuperação, ainda que gradual, da economia brasileira, ajudam a explicar o avanço da economia gaúcha em 2017. Em 2018 o Rio Grande do Sul tende a acompanhar as oscilações do PIB brasileiro, cujo crescimento esperado é de 2,8%. Nesse contexto, o Estado deve ser beneficiado pelo bom momento da economia mundial e retorno dos investimentos brasileiros, que estimulam setores importantes da indústria gaúcha. Não há, pelo lado da agropecuária, contudo, expectativas de contribuições expressivas para o crescimento do Estado. Espera-se uma redução na produção de grãos no próximo ano. Finalmente, a despeito das incertezas em relação às eleições, o ambiente de normalização das condições macroeconômicas deve continuar contribuindo para a melhora da renda dos gaúchos, com impactos positivos sobre o comércio e serviços.

Palavras-chave: atividade econômica; análise conjuntural; Rio Grande do Sul

Abstract

This article evaluates the performance of the economy of Rio Grande do Sul (RS) in 2017 in the context of the world and national economies and outlines scenarios for 2018. In 2017, the RS growth accumulated 1.3% through the third trimester of the year. This reflects the positive activity in the agriculture and recovery of domestic demand. The favorable scenario of international trade, with positive growth rates of Rio Grande do Sul's main commercial partners, coupled with the gradual recovery of the Brazilian economy helped to push the Rio Grande do Sul's growing up. Next year, Rio Grande do Sul is expected to follow the Brazilian growth (expected to increase 2.8%), supported by the pickup of the world economy and the national investments, which have stimulated important sectors of the Rio Grande do Sul's industry. There is no expectation of significant growth in the agriculture sector since a reduction in grain production is expected next year. However, in spite of the uncertainties regarding the elections to be held in October, the environment of normalization of the macroeconomic conditions should continue to contribute to the improvement of the income of the Gauchos, with impacts on trade and services.

Keywords: Economic activity; conjunctural analysis; the State of Rio Grande do Sul

* Artigo recebido em nov. 2017.

** E-mail: vanessa@fee.tche.br

1 Introdução

O ano de 2017 tem se mostrado um ano de recuperação da economia do Rio Grande do Sul. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o Estado apresentou crescimento de 1,3%, de acordo com FEE (2018a) e as expectativas para o fechamento do ano são de avanço de 2,1%, conforme aponta o Índice de Atividade Econômica Regional (IBC-R) do Banco Central (BRASIL, 2018c). O desempenho supera o crescimento registrado pelo Brasil, cuja economia avançou 1,0% em 2017 (IBGE, 2018a). Apesar dos recordes de produção agrícola do país e do crescimento da indústria nacional acima do registrado no Rio Grande do Sul, as vendas do comércio no Brasil não evoluíram na mesma dimensão do ocorrido no Estado. O volume de vendas expandiu 4,0% frente uma expansão de 13,3% no RS (IBGE, 2018f), o que ajuda a explicar a diferença nas taxas de crescimento entre Brasil e Rio Grande do Sul em 2017.

Em essência, a economia do Estado, assim como ocorre com outros entes subnacionais, traça forte relação com o desempenho da economia brasileira (Colombo, 2017). A estrutura federativa atual do Brasil enseja a falta de protagonismo dos membros da federação, sobretudo porque existe centralização das receitas tributárias na União e exigências constitucionais que abarcam todos os entes, reduzindo a margem para modelos de gestão no âmbito estadual. Além disso, a baixa abertura comercial do país faz com que a grande parte da produção dos Estados tenha o mercado interno como destino. Nesse sentido, compreender os movimentos da economia brasileira e as perspectivas para ela são essenciais para traçar cenários para o Rio Grande do Sul.

A estreita relação dos Estados com as oscilações da economia brasileira não implica, contudo, que algumas diferenças nas taxas de crescimento não possam existir entre eles e o Brasil. De acordo com Colombo (2017),

Isso ocorre, primeiro, porque há significativa heterogeneidade na matriz produtiva dos estados, o que torna suas economias sensíveis a movimentos cíclicos dos segmentos que são mais representativos dentro de seu tecido produtivo. Segundo, porque fatores como posição geográfica e grau de diversificação inter e intrasetorial afetam tanto a probabilidade de ocorrência quanto a magnitude do impacto de choques adversos, como eventos de estiagens.

No caso do Rio Grande do Sul, a relação mais forte com o setor agropecuário o coloca numa posição mais sensível aos efeitos climáticos, que podem produzir choques tanto positivos (recordes de safra) quanto negativos (quebras de safra devido a estiagens). Além do peso maior do setor no valor adicionado bruto (VAB) do que a média nacional (9,3% frente 5,0%, em 2015), a estrutura produtiva gaúcha está bastante relacionada com a produção agropecuária, tanto fornecendo insumos quanto industrializando e distribuindo seus produtos, formando o que se conhece por agronegócio, cujas atividades representam 31% do PIB do Estado (Feix, Leusin Júnior e Agranonik, 2017).

Por esses motivos, os efeitos do clima são majorados no Rio Grande do Sul em comparação com a média nacional, de modo que seja necessário acompanhar as previsões de fenômenos climáticos mais extremos, como El Niño ou La Niña, para vislumbrar possíveis efeitos na economia do Rio Grande do Sul nos períodos à frente.

O Estado também possui uma relação maior com as receitas de exportações comparativamente à média nacional. Ponderando pelo câmbio médio do ano, o valor das embarcações de produtos gaúchos representou 16,2% do valor adicionado bruto (VAB) do Estado em 2016. No Brasil, esse percentual foi de 12,4%. Isso faz com que mudanças na trajetória de crescimento dos países e no fluxo de comércio internacional tenham efeito relativamente maior no Estado.

Os acontecimentos ocorridos em diversos países do mundo afetam o Estado de duas maneiras. A primeira delas relaciona-se com o efeito direto da expansão da demanda mundial pelos produtos gaúchos. Em 2017, o Rio Grande do Sul exportou US\$ 17,8 bilhões para 208 países (FEE, 2018b). Desse total, 30,1% se devem às vendas feitas para a China, 10,5% para Argentina e 7,3% para os Estados Unidos, que juntos, responderam por mais de 47% de todas as vendas. Além disso, a zona do Euro, juntamente com Japão, Reino Unido e América Latina respondem por outros 28%. Por essa razão, é também importante avaliar o cenário internacional para compreender a dinâmica da economia gaúcha e possíveis diferenças na taxa de crescimento em relação ao Brasil.

O objetivo do presente artigo consiste, portanto, em avaliar o desempenho da economia gaúcha em 2017, destacando os principais fatores de crescimento no contexto do que ocorrera no âmbito nacional e internacional, e traçar cenários para 2018. Para tanto, o artigo divide-se da seguinte maneira: além da **Introdução**, a segunda seção apresenta panorama econômico global e nacional, buscando contextualizar os resultados obtidos pelo Rio Grande do Sul no primeiro semestre do ano, bem como sedimentar perspectivas para o próximo ano; a terceira seção analisa a performance da economia gaúcha e, por fim, na última seção são realizadas as **Considerações finais**.

2 Conjuntura global e brasileira

2.1 Economia internacional

O ambiente da economia mundial se mostrou bastante positivo em 2017, em consequência da recuperação cíclica do comércio mundial, dos investimentos e da produção industrial na maior parte dos países, assim como a retomada da confiança dos consumidores. De acordo com IMF (2018), o mundo deve ter crescido 3,7% em 2017, frente um avanço de 3,2% em 2016 e um crescimento médio de 3,4% nos últimos cinco anos.

O desempenho de 2017 reflete a expansão da atividade econômica tanto dos países emergentes quanto das economias avançadas. No segundo caso, o aumento das demandas interna e externa têm contribuído para manter o ritmo de recuperação econômica iniciado em 2016, fazendo o grupo crescer, segundo estimativas do IMF (2018), 2,3% em 2017.

Nos Estados Unidos, os investimentos produtivos continuam a trajetória de recuperação iniciada em 2016, respondendo às expectativas de corte de impostos proposto pela nova política tributária. As estimativas apontam para um crescimento de 2,3% em 2017 e 2,7% em 2018. Na área do Euro, a retomada cíclica do crescimento tem sido confirmada e sustentada por uma política com orientação levemente expansionista e pelo aumento das exportações e do consumo interno. A estimativa é que a região tenha crescido 2,4%, devendo manter ritmo semelhante em 2018 (2,2%).

No Reino Unido, a expectativa é de continuidade na desaceleração econômica devido aos desfechos políticos sobre a sua saída da União Europeia. A depreciação da Libra tem imposto um peso considerável sobre o consumo das famílias, de modo que o crescimento esperado é de 1,7% em 2017 e 1,5% em 2018. A economia do Japão, por sua vez, tem se beneficiado do bom momento do cenário global e reflete, pelo menos em parte, as políticas de incentivo fiscal adotadas pelo Governo, o que lhe confere estimativas de crescimento de 1,8% em 2017 e 1,2% em 2018.

Nos países emergentes, a melhora gradativa nas contas externas da maioria dos países e a queda da inflação têm viabilizado um ambiente com juros mais baixos e melhora as expectativas de crescimento dos próximos anos. No agregado, estima-se que o conjunto de países apresentou uma expansão de 4,7% em 2017. O fluxo de capitais deve permanecer em recuperação, dado o recente otimismo dos investidores globais no desempenho da economia mundial, possibilitando um crescimento de 4,9% em 2018 (IMF, 2018).

Na China, tanto as políticas de afrouxamento fiscal como as medidas adotadas para reduzir o excesso de capacidade do setor industrial contribuíram para que a taxa de crescimento de 2017 (6,8%) permanecesse próxima daquela registrada em 2016. Para 2018 espera-se que políticas dessa natureza persistam e impeçam a redução drástica da taxa de crescimento.

A economia da América Latina e do Caribe, após ter retraído 0,7% em 2016, começou a apresentar crescimento médio positivo em 2017, cuja estimativa para o final do ano é de 1,3%. Destaca-se, nesse cenário, a retomada de crescimento da Argentina, onde a elevação do salário real dos trabalhadores observada em 2017 tem contribuído para a expansão do consumo e as iniciativas do governo têm dado suporte para a recuperação dos investimentos, garantindo uma taxa de crescimento próxima de 2,5% de um dos principais parceiros comerciais do Rio Grande do Sul. Em 2018, o cenário deve se manter.

Em suma, a economia mundial tem apresentado um bom desempenho em 2017, ancorado tanto pela recuperação acima do esperado das economias avançadas como pela resiliência das principais economias emergentes e retomada da confiança e atividade em países como Argentina, Brasil e Rússia. Essa tendência deve se manter em 2018, quando as projeções apontam para um crescimento de 3,9%.

Tanto a economia brasileira como a economia gaúcha tendem a se beneficiar desse cenário positivo da economia internacional. Ademais, a taxa de câmbio, que sofreu valorização de 8,3% no em 2017¹, deve permanecer em patamar semelhante em 2018, com leve desvalorização, segundo estimativas de mercado do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2017a).

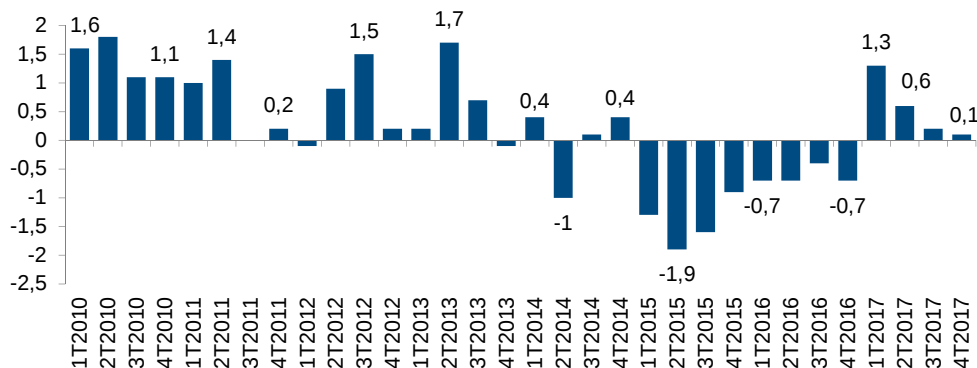
¹ Considera o câmbio médio entre janeiro e dezembro de 2017 e o mesmo período de 2016.

2.2 Economia brasileira

No Brasil, o desempenho positivo da agropecuária, a desaceleração da contração da demanda interna e o bom momento para as exportações permitiram que o crescimento da economia retornasse para o campo positivo em 2017 depois de 8 trimestres consecutivos de contração (Gráfico 1). Essa trajetória, entretanto, tem se dado de forma gradual por estar intimamente relacionada com o ambiente político pelo qual passa o país.

Gráfico 1

Taxa de variação trimestral do PIB (%) no Brasil — 2010-17



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Contas nacionais trimestrais — CNT (IBGE, 2018a).

NOTA: Taxa de variação do trimestre em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal).

Uma análise dos componentes do PIB pela ótica da produção (Tabela 1) mostra que o crescimento do ano foi bastante influenciado pelo desempenho da agropecuária, cuja variação foi de 13,0% (IBGE, 2018a). Esse resultado reflete a safra recorde de grãos registrada no período, sobretudo da soja e do milho, cujas produções cresceram, respectivamente, 20% e 55% em 2017.

Pelo lado da indústria, o ano foi positivo tanto para a indústria extrativa (4,3%) quanto para a indústria de transformação (1,7%), que apresentou crescimento da produção na ordem de 2,2% em 2017, como resposta da retomada da confiança dos empresários industriais² e da utilização da capacidade ociosa. Entretanto, a construção civil permaneceu sofrendo com redução das vendas de imóveis, com a retração dos investimentos em obras públicas, e com o envolvimento de muitas das grandes empresas do setor de construção civil nos escândalos de corrupção do país. No ano, a queda do VAB do segmento foi de 5,0%, fazendo a indústria brasileira, no seu agregado, registrar crescimento nulo em 2017.

O setor de serviços também permaneceu estagnado em 2017 (0,3%), contribuindo pouco para o resultado do ano. A melhora do comércio, cujo crescimento foi de 1,8%, foi compensada pela retração de outros serviços, como atividades financeiras e serviços de informação e comunicação.

² O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) passou para o terreno otimista em janeiro de 2017, chegando a alcançar 58,3 pontos em dezembro do mesmo ano, nível que não era verificado desde novembro de 2012 (CNI, 2018b).

Tabela 1

Taxa de crescimento do PIB no Brasil — 2016-17

Variável	Variação % trimestral (em relação ao trimestre anterior)								Var. % acum. no ano
	2016				2017				2017/2016
	1T16/ 4T15	2T16/ 1T16	3T16/ 2T16	4T16/ 3T16	1T17/ 4T16	2T17/ 1T17	3T17/ 2T17	4T17/ 3T17	
PIB TOTAL	-0,7	-0,7	-0,4	-0,7	1,3	0,6	0,2	0,1	1,0
ÓTICA DA PRODUÇÃO									
Agropecuária	-6,0	0,2	1,8	3,1	11,9	-2,7	-2,0	0,0	13,0
Indústria	-0,2	0,3	-1,3	-1,8	1,9	-0,7	1,0	0,5	0,0
Extrativa	-1,8	0,9	4,2	1,2	1,7	-0,2	-0,2	-1,2	4,3
Transformação	0,0	0,1	-1,8	-1,7	2,4	0,3	1,7	1,5	1,7
SIUP	2,6	1,2	0,1	0,5	1,2	-1,6	0,1	0,3	0,9
Construção Civil	-1,4	-1,5	-2,1	-3,2	0,2	-1,9	0,2	0,0	-5,0
Serviços	-0,4	-0,6	-0,6	-0,6	0,3	0,8	0,6	0,2	0,3
Comércio	-1,0	-1,0	-1,1	-0,6	0,5	2,1	1,7	0,3	1,8
ÓTICA DA DEMANDA									
Consumo das famílias	-1,3	-1,1	-0,4	-0,3	0,2	1,2	1,1	0,1	1,0
Consumo do governo	0,8	0,1	-0,5	-0,1	-0,1	-0,1	-0,3	0,2	-0,6
FBCF*	-1,3	0,3	-2,8	-2,2	-0,6	0,4	1,8	2,0	-1,8
Exportações	-0,4	-0,4	-3,8	0,1	5,8	0,6	3,3	-0,9	5,2
Importações	-4,7	9,2	-5,1	2,8	2,1	-2,6	6,5	1,6	5,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Contas nacionais trimestrais — CNT (IBGE, 2018a).

NOTA: (*) Formação Bruta de Capital Fixo.

Pela ótica da demanda, o crescimento das exportações e a expansão do consumo das famílias foram os destaques positivos no ano (Tabela 1). O bom momento da economia mundial contribuiu para que as exportações brasileiras crescessem 17,6%³ entre janeiro e dezembro de 2017 (BRASIL, 2018a), em comparação com mesmo período do ano anterior. Isso fez com que as contas externas voltassem a apresentar resultados positivos. A política de não intervenção no câmbio (ou retorno do câmbio flutuante) adotada desde 2015 e o crescimento das importações (9,6%) em ritmo mais modesto do que as exportações também contribuíram para que o saldo em transações correntes apresentasse melhora registrando déficit de US\$ 9,7 bilhões no acumulado do ano até dezembro frente um déficit de US\$ 23,5 bilhões no mesmo período de 2016 (BRASIL, 2018a).

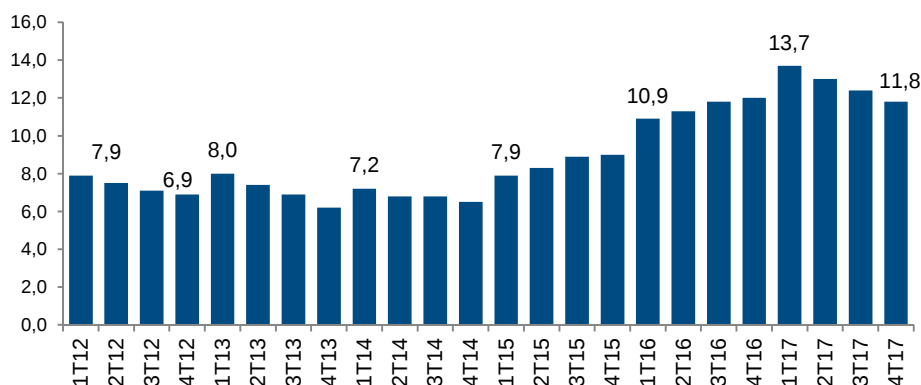
O consumo das famílias, por sua vez, passou a refletir, pelo menos em parte, a melhora gradual das condições do mercado de trabalho. A taxa de desocupação, que vinha crescendo desde o início de 2015, inverteu sua trajetória ascendente no segundo trimestre de 2017, chegando a 11,8% no último trimestre de 2017 (Gráfico 2), de acordo com (IBGE, 2018g). Este é ainda um nível bastante elevado quando comparado à taxa de desocupação do mesmo período de 2013, por exemplo (6,9%). Entretanto, a inversão da trajetória é um sinal relevante para o termômetro do mercado de trabalho.

Normalmente, a taxa de desocupação é uma das últimas variáveis a refletir a crise econômica em função da tendência dos empregadores em buscar formas alternativas de redução de custos antes de decidir pela demissão de seus funcionários. Essa defasagem temporal também ocorre em tempos de recuperação da economia, de modo que eventuais melhorias dos indicadores tendem a refletir uma melhoria nas condições econômicas.

³ Considera valor em US\$ FOB.

Gráfico 2

Taxa de desocupação (%) — 2013-17

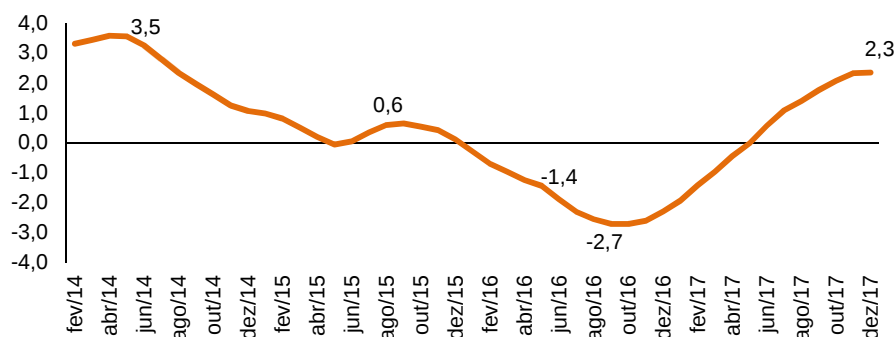


FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (IBGE, 2018g).

NOTA: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Gráfico 3

Rendimento médio real do trabalhador brasileiro — 2014-17



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (IBGE, 2018g).

NOTA: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais – variação % em 12 meses.

Além de refletir a relativa melhora no mercado de trabalho, a expansão do consumo também respondeu às melhores condições de crédito para pessoas físicas (os saldos disponibilizados às pessoas físicas expandiram 1,0% em 2017, em termos reais, frente à queda de 3,9% no ano anterior) e à liberação dos saldos dos recursos disponíveis no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sobretudo no segundo e terceiro trimestres do ano, quando foram desembolsados os maiores valores (BRASIL, 2018e). Ademais, a redução da inflação contribuiu para o aumento do poder de compra das famílias, o que fez o rendimento real médio recebido pelos trabalhadores brasileiros avançar 2,3% em 2017 (Gráfico 3).

Os resultados do mercado de trabalho vinham sendo antecipados pelos consumidores, cuja confiança em relação às condições da economia brasileira passou a crescer desde o final de 2015, pautada nas perspectivas positivas em relação à retomada dos fundamentos macroeconômicos que garantiriam estabilidade da economia. Como resultado, as vendas do comércio varejista inverteram a tendência de queda registrada desde meados de 2014, e apresentaram crescimento de 2,1%.

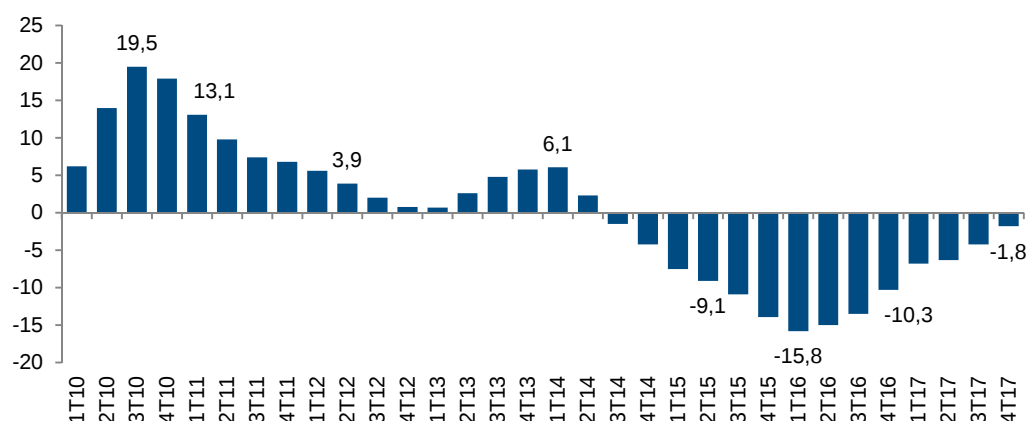
Apesar da retração da formação bruta de capital fixo (FBCF) de 1,8% registrada em 2017 (Tabela 1), os investimentos vêm apresentando melhoras marginais desde o segundo trimestre do ano, acelerando o processo de

recuperação iniciado em 2016 (Gráfico 4). Esse movimento também passou a refletir as melhores condições macroeconômicas do país, sobretudo com a redução da taxa básica de juros da economia, e a melhora da confiança dos empresários.

Uma possível explicação do fato dos investimentos permanecerem apresentando queda na comparação anual está relacionada com a existência de capacidade ociosa na indústria, que permitiu que a produção crescesse sem a necessidade de novas inversões. Por essa razão, e em função das incertezas em relação ao futuro da economia e da capacidade ociosa existente também no mercado de trabalho é que fica difícil projetar uma elevação vigorosa da taxa de investimento do país nos próximos períodos (BRASIL, 2018e).

Gráfico 4

Taxa de crescimento % da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) — 2010-17



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Contas nacionais trimestrais — CNT (IBGE, 2018a).

NOTA: Variação % acumulada em quatros trimestres.

O ambiente macroeconômico passou a melhorar com o retorno, a partir de 2016, do comprometimento com o centro da meta de inflação (4,5% a.a.). Depois de anos em que o sistema de metas de inflação deixou de ser seguido à risca, culminando numa inflação de 10,7% em dezembro de 2015, o Banco Central do Brasil (BCB) mudou de comportamento e passou a priorizar a redução dos preços da economia. Esse movimento, combinado com um período de atividade econômica ainda baixa, provocou uma redução substancial da taxa de inflação. No acumulado em doze meses até dezembro de 2017, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou 2,9% (IBGE, 2018c) e as expectativas de mercado apontam para 3,6% em 2018 (BRASIL, 2018a). Com isso, foi possível a redução da taxa de juros da economia de 13,75% no para 7,0% ao longo de 2017.

As condições mais favoráveis do mercado monetário e a liberação do mercado cambial — com redução das operações de *swap cambial* que mantinham o câmbio em patamares valorizados — caminhavam para retomada do tripé fundamental de estabilidade macroeconômica, que conta também com o ajuste fiscal. Entretanto, o ambiente político controverso colocou a reforma fiscal, mais importante pilar do tripé, em segundo plano.

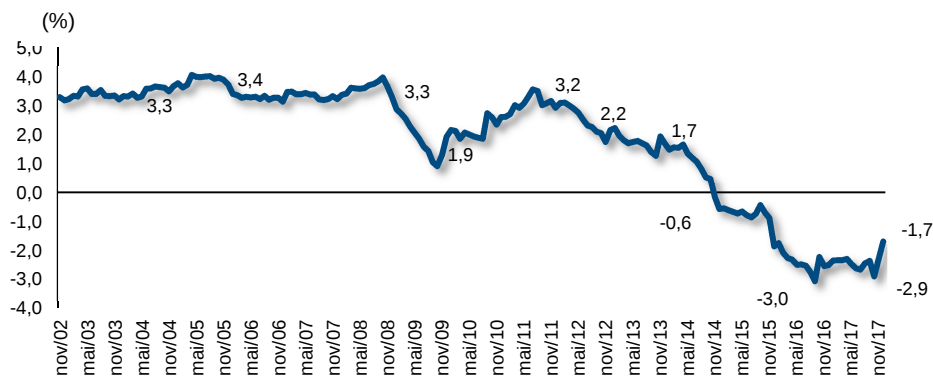
Depois de um longo período de controle do crescimento da dívida pública federal através do sistema de metas de superávit primário⁴, o Brasil passou a reviver o problema de desequilíbrio das contas públicas. A falta de compromisso com o resultado primário, verificado entre 2011 e 2015 (Gráfico 5), teve como reflexo a retomada da trajetória ascendente da dívida pública brasileira, que passou de 52,0% no fim de 2014 para 74% do PIB em termos nominais em dezembro de 2017 (Gráfico 6).

A medida dívida/PIB é o principal indicador de solvência fiscal de uma nação, de modo que sua elevação impacta a percepção de risco dos títulos do governo e dos papéis das empresas brasileiras, inibindo o fluxo de capitais para o país e encarecendo o custo de financiamento dos investimentos.

⁴ Montante de recursos que o Governo Federal deve destinar para o pagamento dos encargos da dívida para impedir que a relação dívida/PIB cresça.

Gráfico 5

Resultado primário do setor público do PIB do Brasil — 2002-17



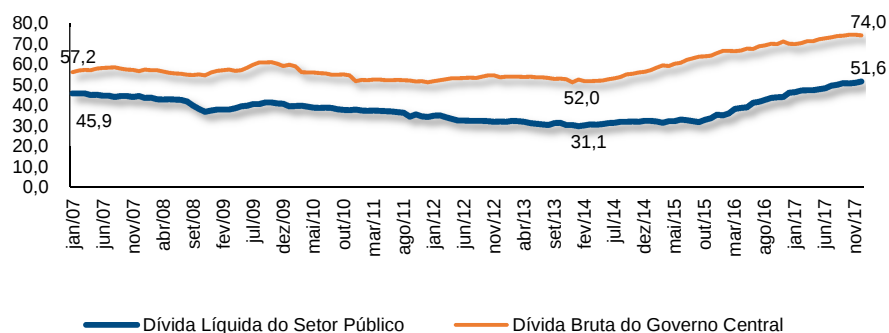
FONTE DOS DADOS BRUTOS: (BCB, 2018d).

NOTA: 1. Série com ajuste sazonal.

2. Acumulado em 12 meses

Gráfico 6

Dívida pública (% o PIB) — 2007-17



FONTE DOS DADOS BRUTOS: (BCB, 2018b).

Ainda que tenha havido um esforço grande para aprovação de algumas medidas com o intuito de controlar as contas públicas (como a criação de teto para os gastos, devolução de recursos do BNDES para o Tesouro Nacional, entre outros), ainda restam dúvidas em relação à aprovação de outras reformas importantes, como a previdenciária. Sem elas, é difícil prever a redução da relação dívida/PIB para patamares que coloquem o Brasil novamente em situação de equilíbrio fiscal. Nesse sentido, o resultado das eleições de 2018 tende a influenciar de forma significativa as expectativas quando à questão fiscal do país.

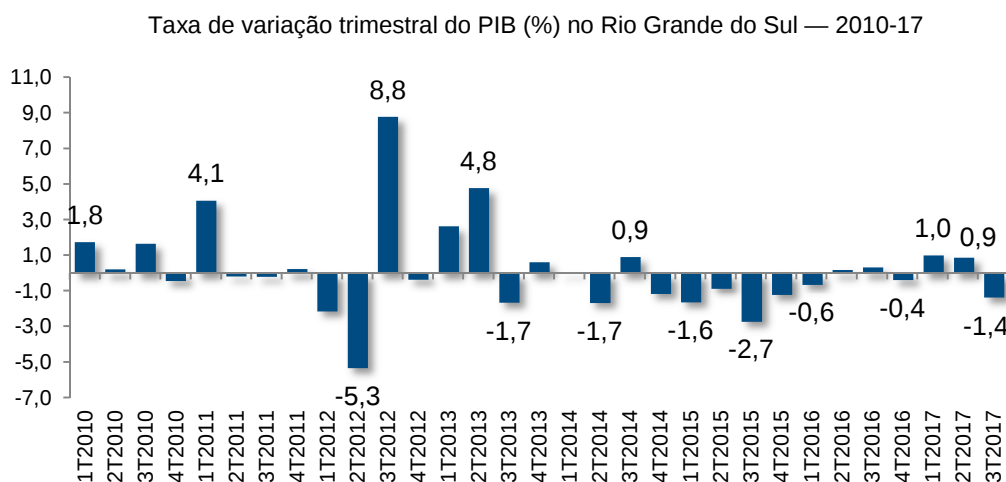
Em resumo, a economia brasileira passou a apresentar, em 2017, sinais de melhora nas condições macroeconômicas. A normalização dos preços que possibilitou a queda na taxa de juros, a flexibilização do mercado de câmbio que auxiliou a retomada dos resultados da conta corrente do País e os bons indicadores do mercado de trabalho trouxeram fundamentos para a melhoria da confiança dos agentes. Entretanto, o principal pilar do tripé macroeconômico, necessário para colocar a economia novamente numa trajetória de estabilidade e crescimento sustentado, ainda não foi retomado. A questão fiscal continua a se impor como um importante desafio para os próximos períodos.

Para 2018, espera-se uma continuidade na retomada do setor industrial, sobretudo pela dinâmica do mercado interno e reduções adicionais na taxa de desocupação da economia, com reflexo sobre setor de serviços (BRASIL, 2018e). O bom momento do comércio internacional deve contribuir para esse cenário, cujo crescimento projetado é de 2,8% em 2018, de acordo com estimativas de mercado do Relatório Focus (BRASIL, 2018a).

3 Economia do Rio Grande do Sul

A economia do Rio Grande do Sul (RS), da mesma forma que a do Brasil, apresentou taxas positivas de crescimento em 2017 depois de um longo período recessivo – foram nove trimestres consecutivos de queda da taxa trimestral de crescimento do PIB, como pode ser visto no Gráfico 7.

Gráfico 7



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Núcleo de Contas Regionais – NCM (FEE, 2018a).

NOTA: Taxa de variação do trimestre em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal).

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2017, o avanço da economia gaúcha foi de 1,3% (Tabela 2), de acordo com FEE (2018a), superior ao resultado apresentado pelo país no mesmo período (0,6%). Em ambos os casos, o destaque foi a produção agropecuária. A produção de soja, principal lavoura do Estado, cresceu 15,6% em 2017, com expansão da área colhida (1,8%) e com aumento de produtividade (13,5%), de acordo com os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE.

Além da soja, outros dois importantes produtos agrícolas do RS registraram aumento de produção e produtividade: arroz (16,5% e 12,4%, respectivamente) e milho (28,2% e 14,0%, respectivamente), conforme (IBGE, 2018d). Apesar do bom desempenho das principais culturas do Estado, o crescimento da agropecuária em 2017

(de 9,7% até o terceiro trimestre), foi inferior ao registrado no país (13,0%), onde a safra de soja e de milho atingiram recordes no primeiro trimestre do ano.

Tabela 2

Taxa de crescimento % do PIB no RS — 2016-17 (%)

	2016					2017				
	1T16/ 4T15	2T16/ 1T16	3T16/ 2T16	4T16/ 3T16	Acum. Ano	1T17/ 4T16	2T17/ 1T17	3T17/ 2T17	4T17/ 3T17	Acum. Ano*
PIB TOTAL	-0,6	0,2	0,4	-0,4	-2,9	1,0	0,9	-1,4	-	1,3
Impostos	-0,1	-0,1	-1,0	1,1	-4,0	0,8	0,7	-1,0	-	0,7
VAB	-1,2	1,3	0,0	-0,5	-2,8	1,7	-0,2	-1,0	-	1,4
Agropecuária	-4,4	11,5	0,3	-9,8	-3,8	17,9	0,2	-12,2	-	9,7
Indústria	0,8	-1,6	-1,7	1,0	-4,4	0,8	-0,8	-2,9	-	-1,3
Extrativa	-2,3	-2,4	-2,7	-3,2	-9,0	-2,3	-2,1	-2,1	-	-9,7
Transformação	1,6	-1,0	-0,6	2,6	-4,3	0,1	0,3	-2,1	-	0,9
SIUP	-0,5	-1,4	-6,7	-3,8	-5,7	0,8	1,5	-5,0	-	-8,4
Construção Civil	-1,4	-1,1	-1,6	-2,5	-4,0	-0,2	-0,2	0,0	-	-4,2
Serviços	-0,2	-0,2	-0,4	-0,1	-2,1	0,5	0,5	0,7	-	0,7
Comércio	0,1	-1,5	-0,8	-0,5	-5,0	2,0	2,1	2,5	-	2,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Núcleo de Contas Regionais – NCM (FEE, 2018a).

NOTA: Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal) e taxa de variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

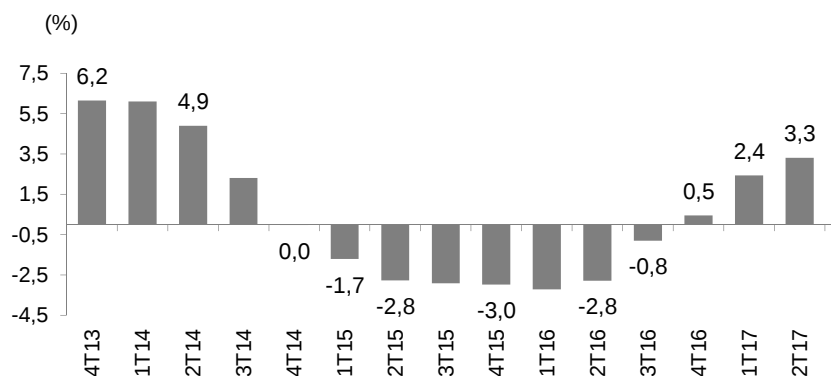
(*) Variação acumulada no ano até o terceiro trimestre.

Ao longo do ano, a principal diferença de crescimento do Estado em relação ao país foi o comportamento do comércio. O segmento passou a refletir as melhores condições macroeconômicas, sobretudo a recuperação do mercado de trabalho e redução do custo do crédito com queda da taxa básica de juros. Apesar da taxa de desocupação ter permanecido próxima do registrado em 2016, a retomada do rendimento real dos trabalhadores gaúchos (Gráfico 8) contribuiu para que o PIB do comércio apresentasse crescimento de 2,8% no acumulado do ano até o terceiro trimestre. Esse valor está acima do registrado no Brasil no mesmo período (0,8%), que fechou o ano com expansão de 1,8%.

Além disso, a liberação dos valores referentes às contas inativas do Fundo de Garantia por Fundo de Serviço (FGTS), que somaram mais de R\$ 40 bilhões, contribuiu para o aumento das vendas do comércio, sobretudo no segundo trimestre. Na variação acumulada em doze meses, fica clara a recuperação do setor, que em dezembro registrou crescimento de 13,5% (Gráfico 9).

Gráfico 8

Crescimento do rendimento médio real do trabalhador gaúcho — 2013-17

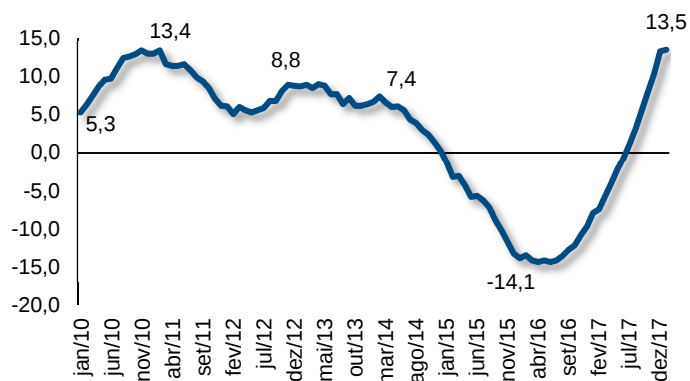


FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (IBGE, 2018g).

NOTA: Taxa de variação média em quatro trimestres.

Gráfico 9

Variação das vendas do comércio ampliado do RS — 2010-17 (% em 12 meses)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (IBGE, 2018g).

NOTA: Variação % acumulada em 12 meses.

As principais diferenças em relação ao desempenho do segmento no Brasil residem nas vendas de Tecidos, vestuário e calçados, de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, e Combustíveis e lubrificantes (Tabela 3), que foram preponderantemente maiores no RS.

Tabela 3

Taxa de crescimento acumulada no ano das vendas do comércio, por atividades

	(%)	
	RS	BR
Combustíveis e lubrificantes	12,8	-3,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,3	1,5
Hipermercados e supermercados	3,6	1,9
Tecidos, vestuário e calçados	25,7	7,6
Móveis e eletrodomésticos	8,7	9,5
Móveis	-9,8	-2,1
Eletrodomésticos	15,0	10,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	2,4	2,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-23,0	-4,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	23,7	-3,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,4	2,1
Comércio varejista ampliado	13,3	4,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Mensal do Comércio — PMC (IBGE, 2018f).

Pelo lado da indústria, ainda que a produção do setor, no agregado, não tenha apresentado crescimento significativo (0,1%), o ano de 2017 tem sido caracterizado pelo fim do maior período recessivo do setor no RS (Gráfico 10), conforme afirma (FIERGS, 2017). Assim, como no nível nacional, apesar dos empresários industriais estarem relativamente otimistas desde a metade de 2016 (segundo aponta o Índice de Confiança do Empresário Industrial do Rio Grande do Sul – ICEI-RS (FIERGS, 2018), ainda não há sinais de que os problemas estruturais enfrentados há anos pelo setor deverão ser resolvidos no curto prazo e médio prazo, dada a dificuldade política de aprovação de algumas reformas.

No rol dos principais entraves, podemos destacar a falta de investimento em infraestrutura – que encarece o escoamento da produção para dentro e fora do país –, a complexa e elevada carga tributária – pressionada cada vez mais pelo descontrole fiscal do país –, a baixa produtividade da mão de obra – decorrente da baixa qualidade da educação no Brasil –, entre outros. A complicada situação fiscal do País e, especialmente, do Rio Grande do Sul (cujo déficit projetado para 2018 se aproxima de R\$ 7 bilhões) se impõe como o principal desafio a ser enfrentado nos próximos anos para que se possa vislumbrar alguma possibilidade de recuperação econômica sustentada do Estado.

Gráfico 10

Evolução da produção industrial do Rio Grande do Sul — 2002-17



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física – PIM-PF (IBGE, 2018e).

NOTA: Índice com ajuste sazonal (janeiro/2006 = 100).

No ano, contudo, alguns segmentos apresentaram crescimento, como mostra a Tabela 4, cuja produção foi impulsionada, entre outras coisas, pelo aumento das exportações – Bebidas (39%), Produtos de Metal (22%), Metalurgia (47%), Veículos (38%).

Tabela 4

Taxas de crescimento da produção física da indústria de transformação e suas principais atividades no RS — 2016/2017

	(%)	
	RS	BR
Produtos do Fumo	38,2	20,4
Bebidas	6,8	1,0
Produtos de metal, exceto máq. e equipamentos	6,4	-0,9
Produtos de borracha e de material plástico	5,0	4,5
Metalurgia	5,0	4,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	3,9	17,2
Outros produtos químicos	0,6	0,3
Móveis	-1,9	4,6
Couros e calçados	-2,7	1,3
Alimentos	-3,5	1,1
Máquinas e equipamentos	-4,3	2,7
Derivados do petróleo e de biocombustíveis	-8,5	-4,1
Produtos de minerais não-metálicos	-10,6	-3,1
Celulose e papel	-16,0	3,3
Indústria de Transformação	0,1	2,2

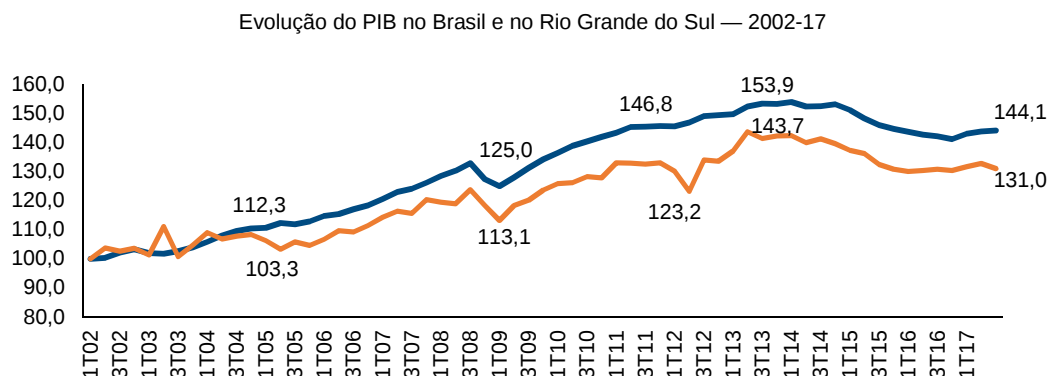
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Núcleo de Contas Regionais – NCR (FEE, 2018a) e Contas Nacionais Trimestrais – CNT (IBGE, 2018a).

Em suma, a economia gaúcha apresentou sinais de recuperação lenta acompanhando o que vem acontecendo no cenário nacional. O ano de 2017 se caracterizou por boas condições climáticas que auxiliaram tanto a economia gaúcha quanto a brasileira, que bateu recorde de produção de grãos. Alguns setores do comércio gaúcho registraram crescimento expressivos no acumulado do ano de 2017, fazendo distinção considerável em relação ao desempenho do setor no Brasil, o que faz com que as expectativas de crescimento do fechamento do ano (2,1% de acordo com o IBC-R) sejam superiores ao registrado no país.

Em linhas gerais, a economia do RS tende a estar relacionada com o desempenho da economia brasileira, com pequenas variações na taxa de crescimento, uma vez que o mercado interno é o principal destino da grande parte da produção gaúcha. De toda a produção do RS, 58,6% são consumidos no Estado, 32,0% são vendidos para o resto do País e 9,4% possuem como destino o resto do mundo, de acordo com a Matriz-Insumo Produto do

RS de 2008 (FEE, 2014). De fato, o Gráfico 11 mostra que ambas economias, gaúcha e brasileira, compartilham de tendência parecida.

Gráfico 11



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Núcleo de Contas Regionais – NCR (FEE, 2018a) e Contas Nacionais Trimestrais – CNT (IBGE, 2018a).

NOTA: Número índice (base 1T2002=100), com ajuste sazonal.

A diferença na taxa de crescimento que ocorre de tempos em tempos se relaciona, muitas vezes, com a especificidade produtiva do Estado quando comparado com o Brasil. Podemos destacar, por exemplo, a relação mais próxima que o RS tem com a agropecuária. O setor representa 9,4% do valor adicionado bruto (VAB) da economia gaúcha (FEE, 2016), ao passo que no Brasil, sua representatividade é de 5,0% (IBGE, 2018a)⁵. Os efeitos das condições climáticas no Estado perpassam o impacto direto da agropecuária no PIB. Isso porque muitos segmentos da estrutura produtiva do RS estão bastante relacionados com o setor primário, de modo que diversos deles fornecem insumos para o setor agropecuário (como máquinas e equipamentos agrícolas, fertilizantes, por exemplo) e outros se destinam tanto à industrialização dos produtos do setor (como indústria alimentícia), quanto à distribuição e comercialização dos produtos da cadeia, formando o que se conhece por agronegócio. De acordo com Feix, Leusin Júnior e Agranonik, 2017, atividades do agronegócio contribuem com 31% do total do PIB do Estado.

Desse modo, eventos climáticos desfavoráveis tendem a impactar sobremaneira a economia gaúcha, como ocorreu em 2005 e 2012, momentos em que a taxa de crescimento do RS se distanciou da observada no nível nacional em função, sobretudo, dos períodos de seca que afetaram toda a cadeia do agronegócio e fizeram o nível produtivo do RS se distanciar do nacional. Em 2017, contudo, as boas condições climáticas auxiliaram o setor tanto no nível regional como no nacional, não havendo muita distinção, em termos de taxas de crescimento, entre os dois entes federativos.

Outras duas características da economia gaúcha ajudam a explicar momentos conjunturais distintos do Brasil. A primeira delas diz respeito à composição da indústria nos dois níveis federativos. No RS a indústria extrativa é pouco significativa. Em 2015 representou 0,2% do valor adicionado bruto (VAB) do Estado (FEE, 2016), enquanto que no Brasil, sua participação foi de 2,1% no mesmo período (IBGE, 2018a). Essa diferença foi importante nos últimos anos quando a indústria extrativa registrou um crescimento superior ao da indústria de transformação, por exemplo. O crescimento médio anual da indústria extrativa brasileira entre 2010 e 2016 foi de 3,3%, ao passo que a indústria de transformação decresceu, em média, 1,4% ao ano. Ela contribuiu para que a retração acumulada entre 2011 e 2016 da indústria total do país (-2,5%) não fosse tão forte como ocorrera no RS (-18,3%).

Em 2017, diferentemente dos anos recentes, o comportamento da indústria extrativa brasileira, apesar de ter registrado crescimento no ano (4,3%), não foi suficiente para contrabalançar os resultados negativos da indústria da construção civil, não se configurando, portanto, como um fator de distinção entre as magnitudes de crescimento entre Brasil e RS.

Além disso, a especialização produtiva da indústria de transformação do Rio Grande do Sul na produção de bens de capital — o Estado é o segundo Estado em número de empregados e estabelecimentos no segmento — faz a economia gaúcha estar bastante atrelada aos movimentos da taxa de investimento do país. A forte crise pela

⁵ Tanto para o Rio Grande do Sul como para o Brasil, considera-se a estrutura do valor adicionado bruto (VAB) de 2015, último ano disponível para as Contas Regionais do Brasil.

qual passou o país nos últimos anos teve efeitos severos sobre a capacidade de investimentos da economia, com consequências duras para a indústria gaúcha.

No ano passado, entretanto, a retomada gradual dos investimentos do país (Tabela 4 tem contribuído para que a produção de bens de capital brasileira passasse a apresentar taxas positivas de crescimento, com avanço expressivo, sobretudo, dos bens de capital de Equipamentos de transporte (30,7%), de Uso Misto (20,3%) e Agrícolas (19,3%), de acordo com dados de (IBGE, 2018b), contribuindo para a indústria gaúcha.

Além disso, as exportações do RS representam maior parcela da produção total do Estado do que a média nacional, de modo que alterações no cenário de comércio mundial e propriamente as variações do câmbio tendem a ter impactos maiores do que no resto do país.

Para que se possa desenhar cenários para 2018, é importante levar em consideração tanto a tendência atual de crescimento do RS, como os possíveis fatores que podem fazer essa tendência se distanciar da perseguida pela economia brasileira. Ademais, é de grande relevância avaliar as perspectivas acerca do desempenho da economia mundial, sobretudo dos parceiros comerciais do Estado.

Considerações finais

O cenário econômico do Rio Grande do Sul continuará desafiador em 2018. Em função de sua estrutura, a economia gaúcha deve seguir o compasso da atividade econômica do Brasil no próximo ano. As reformas necessárias para colocar o orçamento público em uma trajetória sustentável devem perder o fôlego em 2018, à medida que o ciclo eleitoral se aproxima. Nesse cenário, as decisões tomadas nas eleições serão determinantes para definir o rumo do país no médio prazo.

Os avanços observados em 2017, que permitiram um contexto de baixa taxa de juros e inflação e retomada da confiança dos agentes, devem permitir que a reação tanto da indústria quanto do comércio continue no próximo ano. As boas perspectivas vindas do panorama internacional também contribuirão para que o país cresça 2,8% em 2018 e 3,0% em 2019, de acordo com estimativas do Banco Central (BRASIL, 2018a).

Em meio a esse ambiente, o Rio Grande do Sul também deve ser beneficiado pelas boas perspectivas do comércio internacional. Importantes parceiros comerciais do Estado, como China, Estados Unidos e Argentina devem manter, no próximo ano, o ritmo de crescimento alcançado em 2017.

Pelo lado climático, entretanto, o ano de 2018 começou com o fenômeno *La Niña* de baixa intensidade. Esse fenômeno é caracterizado, de acordo com NOAA (2018), por temperaturas mais frias que o normal da superfície do Oceano Pacífico Equatorial Central e Oriental. No Rio Grande do Sul, ele provoca chuvas acima da média na região leste do Estado e estiagem na região oeste, afetando negativamente a produção dos principais grãos da região: soja e milho.

Considerando tais efeitos, as estimativas de produção de grãos para 2018 são inferiores ao registrado em 2017. Segundo projeções da CONAB (2018), a produção de grãos no Rio Grande do Sul deve retrair 8,8% na próxima safra em comparação com a safra de 2016/2017, atrelado à possibilidade de redução da produtividade (-9,0%) e estabilidade da área plantada.

Nesse contexto, podemos entender que o Estado não verá, por parte da agropecuária, uma alternativa de crescimento que o coloque em patamar distinto daquele que se verificará no Brasil. A normalização dos estoques e da utilização da capacidade instalada, combinada com custos mais baixos de crédito tendem a provocar uma retomada da formação bruta de capital fixo no país, impulsionando o setor de bens de capital do Estado, que representa grande parte da estrutura industrial.

A melhora verificada no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, especialmente em relação ao crescimento da renda do trabalhador gaúcho, tende a impactar as receitas do Estado. Em 2017, até agosto, as receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo do Estado, cresceram 3,0% em termos reais (IGP-M), frente um avanço real de 1,3% em 2016 e uma queda real de 1,7% em 2015. O ICMS incide sobre o consumo e, por isso, reponde às variações de renda e expectativa de emprego. Em 2018, o cenário do mercado de trabalho deve melhorar, impactando positivamente as receitas do Estado.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Focus – Relatório de Mercado**. 2018a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>>. Acesso em: mar. 2018.

BANCO Central do Brasil (BCB). **Dívida líquida e bruta do governo geral**. 2018b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infcon/seriehistDLSPBruta2008.asp>>. Acesso em: mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Índice de Atividade Econômica Regional**. 2018c. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: mar.2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Necessidade de Financiamento do Setor Público**. 2018d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infcon/seriehistdivliq-p.asp>>. Acesso em: mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Inflação – Dezembro/2017**. 2018e. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RI>>. Acesso em: mar.2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Estatísticas de Comércio Exterior**. 2018a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso em: mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. 2018b. Disponível em: < <http://pdet.mte.gov.br/caged> > Acesso em: jan.2018.

COLOMBO, Jéfferson Augusto. Perspectivas econômicas para o Rio Grande do Sul em 2017. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, ano 25, n. 11, 2016. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/perspectivas-economicas-para-o-rio-grande-do-sul-em-2017/>>. Acesso em: nov. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. V. 7 - Safra 2017/18 - n. 2 - Segundo levantamento | março 2018. 2018. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: mar.2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Indicadores Industriais**. 2018a. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/indicadores-industriais/>>. Acesso em: mar. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Índice de Confiança do Empresário Industrial**. 2018b. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/icei-indice-de-confianca-do-empresario-industrial/>>. Acesso em: mar.2018.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL (FIERGS). **Balanco Econômico e Perspectivas**. 2017. Disponível em: < <http://www.fiergs.org.br/pt-br/economia/balanco-economico-e-perspectivas>>. Acesso em: fev. 2018.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL (FIERGS). **Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-RS)**. 2018. Disponível em: < <http://www.fiergs.org.br/pt-br/economia/indicador-economico/icei>>. Acesso em: fev. 2018.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK; C. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2017**. Porto Alegre: FEE, 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGGRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul — 2008**. 2014. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141120miprs.pdf>>. Acesso em: out. 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGGRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **PIB Estadual**. 2016. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/destaques/>>. Acesso em: fev. 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGGRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **PIB Trimestral**. 2018a. Disponível em: < <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/pib-trimestral/apresentacao/>>. Acesso em: mar.2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGGRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Sistema de Exportações FEE**. 2018b. Disponível em: <<https://exportacoes.fee.tche.br/>>. Acesso em: mar.2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Sondagem de Expectativas do Consumidor: índice de confiança do consumidor**. Dezembro de 2017. Rio de Janeiro: FGV, 2014. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C82C55E3EC896015EA91FF5B848C3>> Acesso em: mar.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Nacionais Trimestrais (CNT)** - Referência 2010 - 4º trimestre 2017. 2018a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>>. Acesso em: mar.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índices Especiais de Produção Física - Bens de Capital — PIMPF**. 2018b. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9319-indices-especiais-de-bens-de-capital.html>>. Acesso em: mar.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** - dezembro 2017. 2018c. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>>. Acesso em: mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)** - dezembro 2017. 2018d. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/brasil>>. Acesso em: março de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)** - Divulgação Brasil - dezembro 2017. 2018e. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: março de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)** – dezembro 2017. 2018f. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>> Acesso em: março de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)** - Divulgação Trimestral - 4º trimestre 2017. 2018g. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>> Acesso em: mar.2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World Economic Outlook Update**, January 2018. Brighter Prospects, Optimistic Markets, Challenges Ahead. Disponível em: <<http://www.imf.org/>>. Acesso em: mar. 2018.

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION (NOAA). **What are El Niño and La Niña?**. National Ocean Service. 2018. Disponível em: <<https://oceanservice.noaa.gov/facts/eutrophication.html>>. Acesso em: mar. 2018.

